CATÓLICA LISBON
BUSINESS & ECONOMICS

ESTUDO DO OBSERVATÓRIO DA SOCIEDADE PORTUGUESA
MARÇO 2021

Um ano depois: O impacto da pandemia COVID-19 na vida dos Portugueses

Behavioral Insights Unit
CATÓLICA-LISBON

FT FINANCIAL TIMES · AACSB ACCREDITED · EFMD EQUIS ACCREDITED · ASSOCIATION AMBA ACCREDITED

INTRODUÇÃO (I)

O Observatório da Sociedade Portuguesa (OSP) da **Católica Lisbon School of Business & Economics realizou, entre 27 e 30 de março de 2021,** um estudo de forma a investigar fatores que caraterizam a sociedade portuguesa e o impacto da pandemia COVID-19 na vida dos portugueses. Os dados foram recolhidos utilizando o **Painel de Estudos Online da CATÓLICA-LISBON** (PEO).

O principal objetivo deste estudo foi a aferição da satisfação e perceção de eficácia das medidas das entidades envolvidas no combate à pandemia COVID-19, assim como a avaliação do plano de desconfinamento e plano de vacinação contra a COVID-19, perceções em relação ao teletrabalho e perspetivas para o futuro.

1000 participantes do Painel de Estudos Online da CATÓLICA-LISBON responderam a um questionário de resposta online onde diferentes constructos foram aferidos. **Sempre que possível, os resultados do presente estudo foram comparados com valores aferidos em março de 2020, estudo também realizado pelo Observatório da Sociedade Portuguesa sobre o impacto inicial da pandemia**. Esta análise permite traçar a evolução de alguns indicadores específicos relacionados com a pandemia, como por exemplo o grau de satisfação com a atuação de diversas entidades, as intenções de consumo no período pós-pandemia ou o otimismo face ao futuro.

INTRODUÇÃO (II)

Neste relatório são apresentados os resultados do estudo realizado sobre a Pandemia de COVID-19 um ano após o seu início em Portugal.

O presente estudo começa por **avaliar a perceção dos participantes quanto ao plano de desconfinamento em Portugal**. Em seguida avalia o **plano de vacinação contra a COVID-19** que decorre presentemente e os grupos prioritários apontados pelo Governo.

Na terceira seção, apresenta-se a **apreciação dos portugueses quanto às medidas das entidades envolvidas no combate à pandemia, e a evolução desta perceção quanto a Março de 2020.**

Nas seções seguintes são apresentados os resultados referentes aos **hábitos de consumo que os participantes esperam vir a ter no período pós pandemia**, assim como as perceções de autonomia e condições de trabalho dos participantes que se encontram em teletrabalho nos últimos meses de confinamento, **sendo traçada também uma comparação destas perceções com o início da pandemia.**

Por fim, de forma a delinear o **panorama dos estados emocionais que os portugueses** sentem quanto ao futuro nesta difícil fase por que passamos, apresentam-se os resultados quanto ao otimismo e satisfação dos participantes, assim como a **comparação entre março de 2020 e março de 2021**.

Tabela de Conteúdos

1. Introdução 3

2. Caracterização da amostra 5

I. Avaliação das medidas de restrição e medidas de desconfinamento 6

II. Perceções acerca da vacina e avaliação do plano de vacinação contra a Covid-19 13

III. Satisfação e perceção de eficácia das entidades envolvidas no combate à pandemia Covid-19 19

IV. Hábitos de consumo 22

V. Regime de teletrabalho durante a pandemia 25

VI. Perspetivas sobre o presente e futuro: otimismo e satisfação 31

3. Principais conclusões 35

Caracterização da Amostra

A amostra deste estudo é constituída por **1000 participantes**, 667 do sexo feminino e 333 do sexo masculino, de idades compreendidas entre os **18 e os 74 anos**.

20.4% dos participantes possui entre 18 e 24 anos de idade, 73% possui entre 25 e 54 anos de idade, e apenas 6.6% dos participantes possui 55 anos ou mais de idade.

Em comparação com proporções nacionais recolhidas no Censos 2011, o presente estudo obteve uma proporção superior de jovens e adultos até 44 anos de idade e uma proporção inferior de adultos com 45 anos ou mais anos.

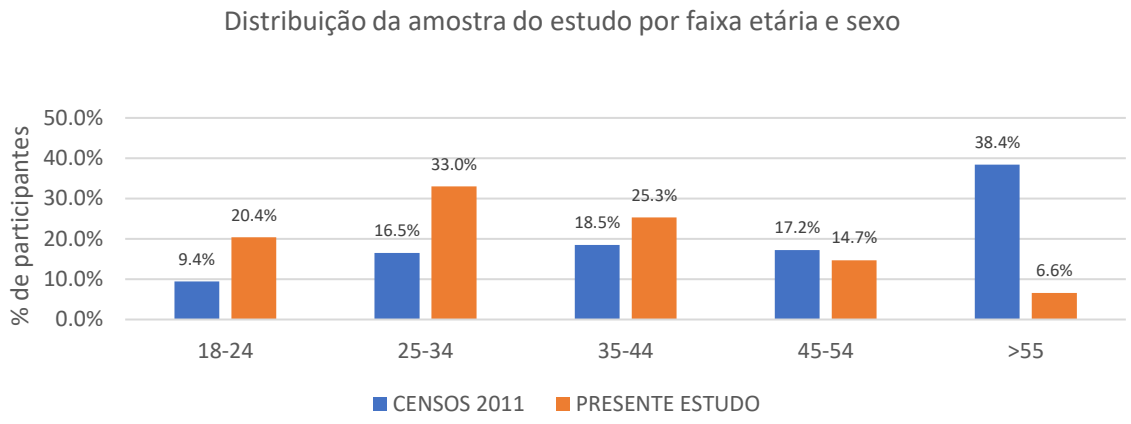


Figura 1 - Distribuição da Amostra do estudo por faixa etária, comparativamente ao CENSOS de 2011

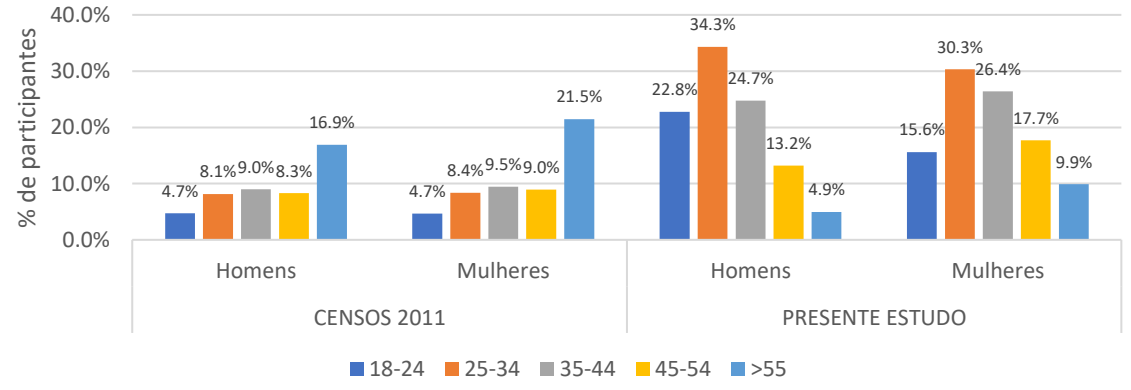


Figura 2 - Distribuição da Amostra do estudo por sexo e faixa etária, comparativamente ao CENSOS de 2011

Secção I. Avaliação das medidas de restrição e plano de desconfinamento

De um modo geral, os participantes demonstram concordância com as medidas de restrição implementadas pelo Governo e com o plano de desconfinamento promulgado. No entanto, os participantes apontam que a permissão de comércio não essencial ao postigo deveria ter ocorrido mais cedo e que o levantamento da proibição das deslocações para fora do território continental, deveria ter ocorrido mais tarde. Verifica-se também que os participantes consideram que as livrarias, bibliotecas, arquivos e lojas do cidadão poderiam ter sido abertas mais cedo e que, do ponto de vista dos cidadãos inquiridos, a permissão de casamentos e batizados poderá ter sido precoce.

Nesta secção apresentam-se os níveis de concordância com **as medidas de restrição implementadas pelo Governo**, reforçadas durante a semana da Páscoa (de 26 de Março a 5 de Abril) e com **as medidas estabelecidas para as quatro fases de desconfinamento**, tendo a primeira fase sido iniciada a 15 de março e a última fase a 3 de maio de 2021.

O nível de concordância da sociedade Portuguesa com as diferentes medidas de restrição implementadas pelo Governo foi avaliado através da questão "Por favor indique até que ponto concorda com as seguintes medidas de restrição implementadas pelo Governo, que serão reforçadas na semana da Páscoa (de 26 de Março a 5 de Abril)". Os participantes responderam utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a "Discordo totalmente", 7 a "Concordo totalmente" e 4 a corresponder a "Não concordo nem discordo".

O nível de concordância com as diferentes medidas de desconfinamento anunciadas pelo Governo foi avaliado através da questão "Por favor indique até que ponto concorda com as medidas implementadas na [primeira, segunda, terceira, quarta] fase de desconfinamento, iniciada/ com início previsto para [data]. Indique por favor se considera que as medidas deveriam ter ocorrido mais cedo, se ocorreram no momento certo ou se acredita que deveriam ter ocorrido mais tarde."

Questão 1.
Concordância com Medidas de Restrição

Por favor indique até que ponto concorda com as seguintes medidas de restrição implementadas pelo Governo, que serão reforçadas na semana da Páscoa (de 26 de Março a 5 de Abril):

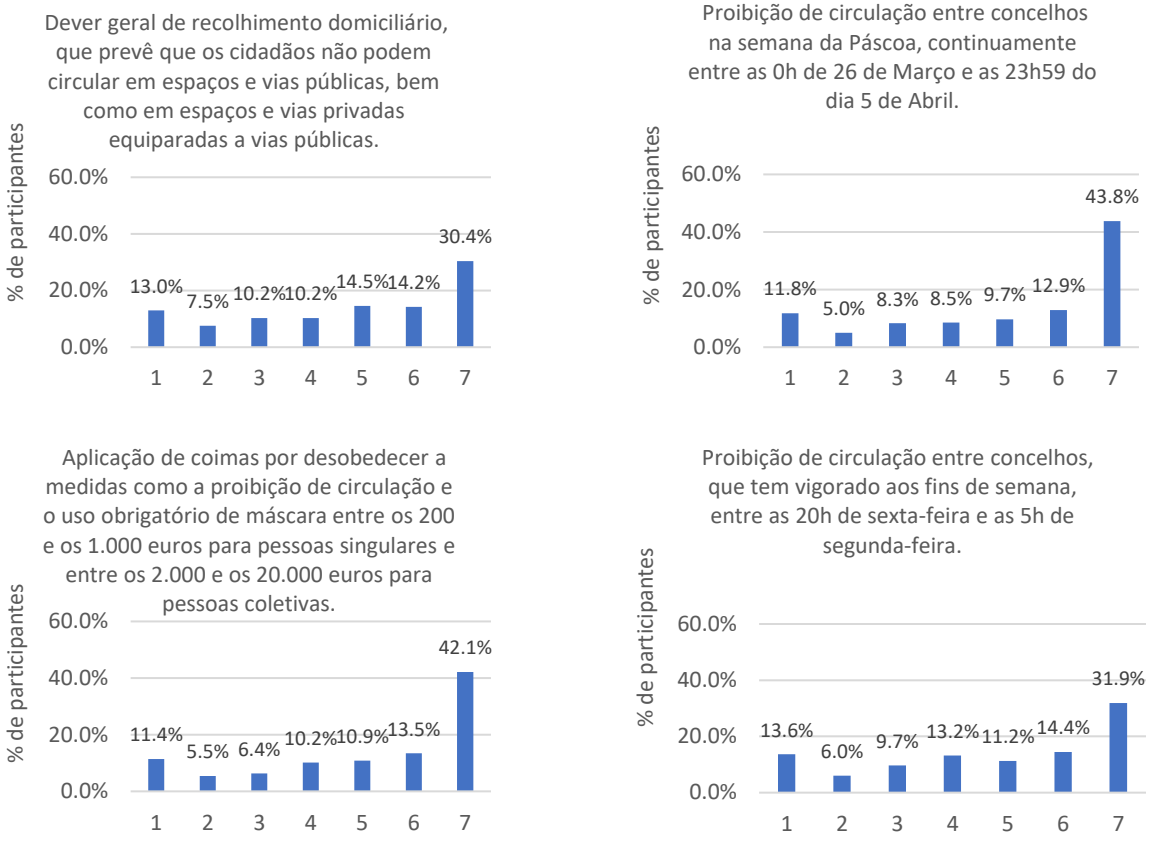


Figura 3 – Concordância com as medidas de restrição (1= Discordo completamente, 4= Não concordo nem discordo e 7= Concordo completamente)

Os participantes **demonstram moderada concordância com as medidas de restrição implementadas pelo Governo.** Apenas 59.1% dos participantes concorda com o dever geral de recolhimento, e 66.5% concorda com a aplicação de coimas em caso de desrespeito das medidas de restrição. Verifica-se também que **só 57.5% dos participantes concorda com a proibição de circulação entre concelhos ao fim de semana**, tendo a concordância com a medida sido maior relativamente ao reforço desta proibição de circulação entre concelhos, implementado na semana da Páscoa (66.4%).

Questão 2.
Avaliação 1ª Fase Desconfinamento

Por favor indique até que ponto concorda com as medidas implementadas na primeira fase de desconfinamento (iniciada a 15 de março):

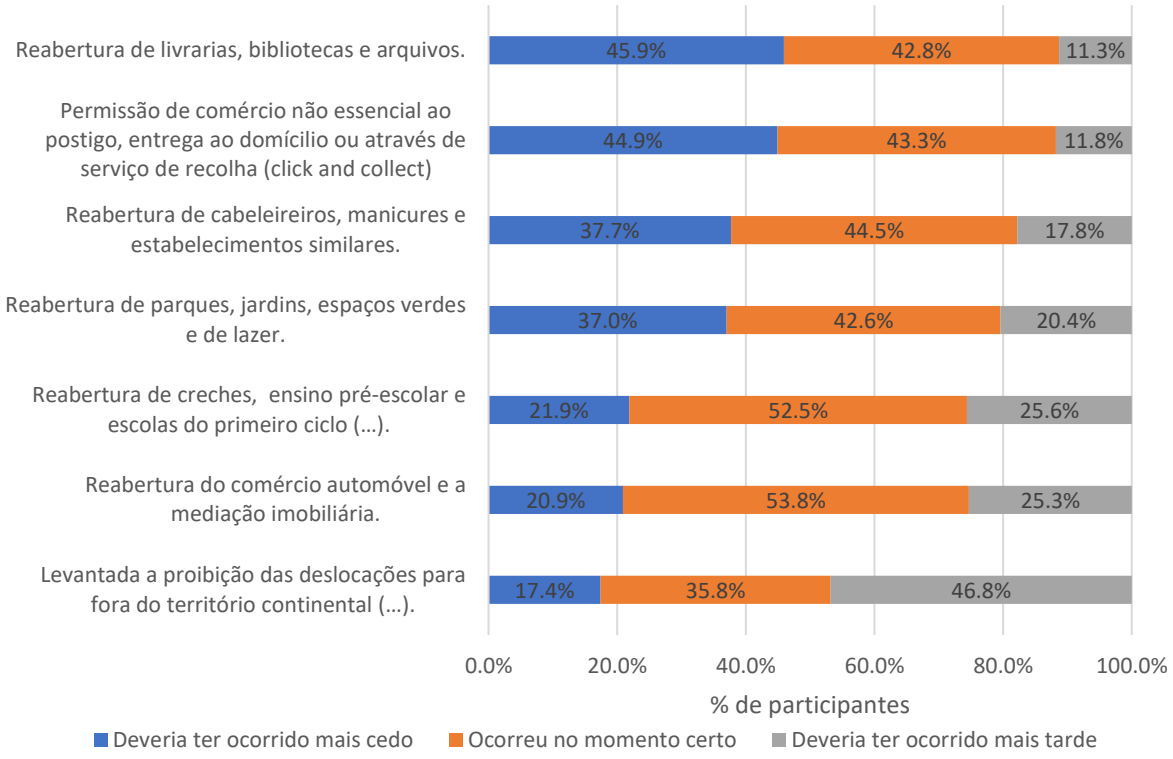


Figura 4- Avaliação do momento de implementação das medidas da primeira fase de desconfinamento

Quanto à primeira fase de desconfinamento, **apenas cerca de metade dos participantes reportou níveis de concordância com o momento de implementação das medidas,** nomeadamente no que diz respeito à reabertura do comércio automóvel e da mediação imobiliária (só 53.8% indicaram que esta ocorreu no momento certo), à reabertura de creches, pré-escolar, primeiro ciclo, e ATLs (52.3%), e à reabertura de cabeleireiros, manicures e estabelecimentos similares (44.5%).

Quanto à permissão de comércio não essencial ao postigo, 44.9% acredita que esta deveria ter ocorrido mais cedo, enquanto que 45.9% também consideram que a reabertura de livrarias, bibliotecas e arquivos deveria ter ocorrido em data anterior à primeira fase. Por outro lado, 46.8% indica que o levantamento da proibição das deslocações para fora do território continental, deveria ter ocorrido mais tarde.

Questão 3.
Avaliação 2ª Fase Desconfinamento

Por favor indique até que ponto concorda com as medidas anunciadas pelo Governo para a segunda fase de desconfinamento (início previsto para 5 de abril):

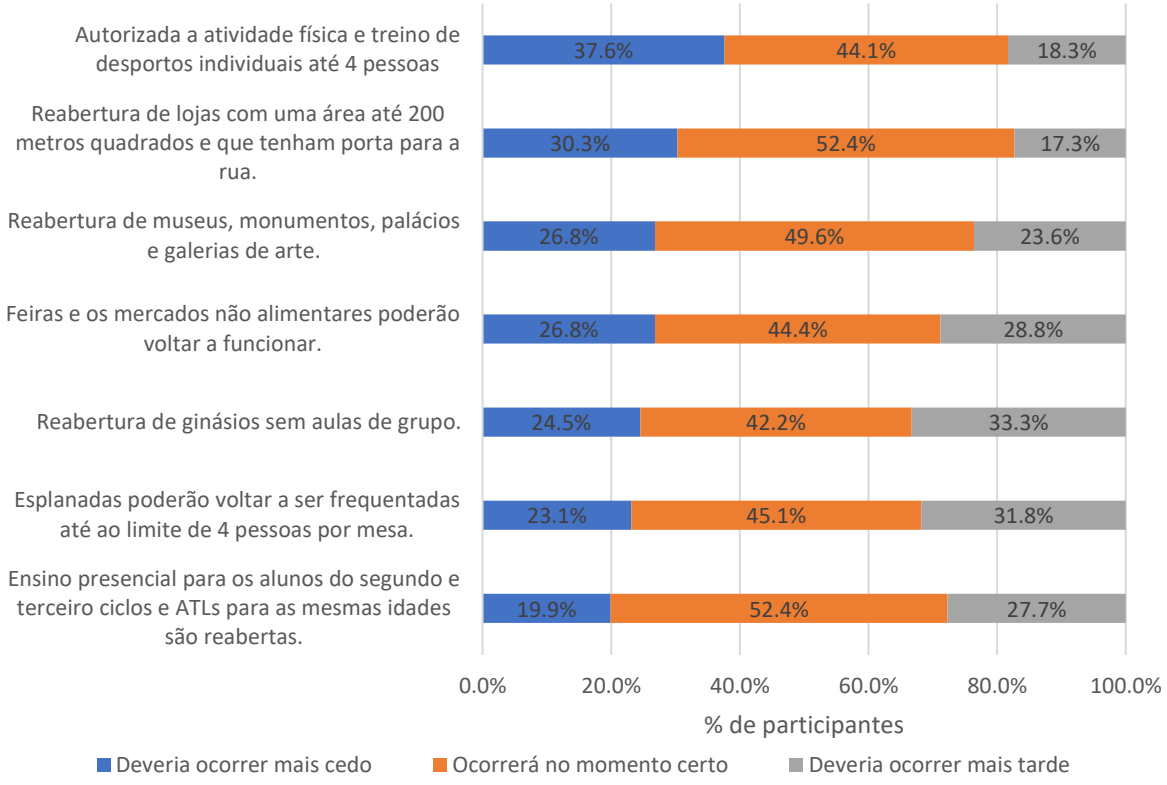


Figura 5- Avaliação do momento de implementação das medidas da segunda fase de desconfinamento

Cerca de metade dos participantes demonstram concordância com os *timings* das medidas da segunda fase de desconfinamento, tendo as medidas apresentado uma percentagem de concordância entre os 42.2% aos 52.4%.

De salientar a forte discordância no que toca às medidas relativas à prática desportiva: 37.6% dos participantes acreditam que a atividade física e treino de desportos individuais até 4 pessoas deveria ter sido autorizada mais cedo e 33.3% dos participantes aponta que a reabertura de ginásios sem aulas de grupo poderia ter ocorrido mais tarde.

No que concerne a abertura de esplanadas, os participantes demonstram ter alguma dúvida: 31.8% acreditam que esta abertura deveria ter ocorrido mais tarde.

Questão 4.
Avaliação 3ª Fase Desconfinamento

Por favor indique até que ponto concorda com as medidas anunciadas pelo Governo para a terceira fase de desconfinamento (início previsto para 19 de abril):

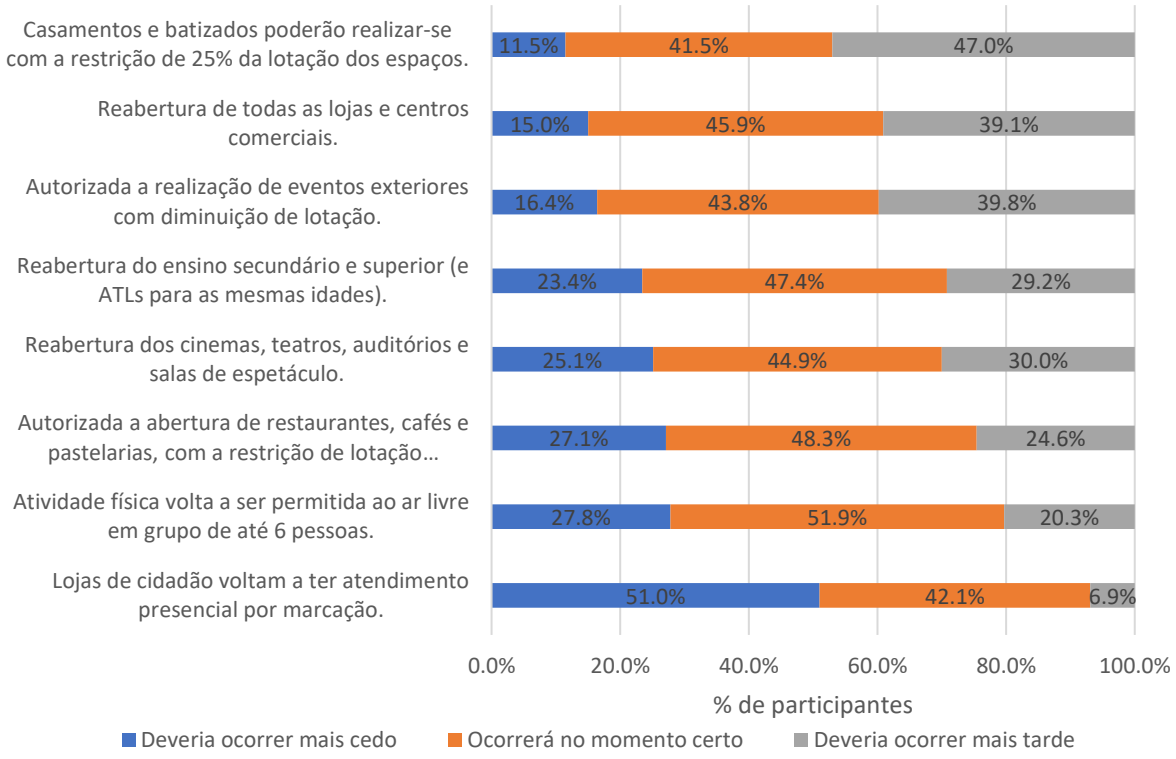


Figura 6- Avaliação do momento de implementação das medidas da terceira fase de desconfinamento

Apenas cerca de metade dos participantes mostram concordância com os *timings* das medidas da terceira fase de desconfinamento, iniciadas a 19 de abril. Como exceção, verifica-se que os participantes consideram que as lojas do cidadão poderiam ter sido abertas mais cedo (51.0%).

De modo oposto, **denota-se alguma preocupação dos participantes na autorização dada à realização de eventos exteriores e de casamentos e batizados com diminuição de lotação**, sendo que 39.8% e 47.0%, indicam que estas medidas deveriam ter sido implementadas mais tarde, respetivamente. De forma semelhante, **39.1% dos participantes acredita que as lojas e centros comerciais poderiam ter sido abertos mais tarde.**

Questão 5.
Avaliação 4ª Fase Desconfinamento

Por favor indique até que ponto concorda com as seguintes medidas anunciadas pelo Governo para a quarta fase de desconfinamento (início previsto para 3 de maio):

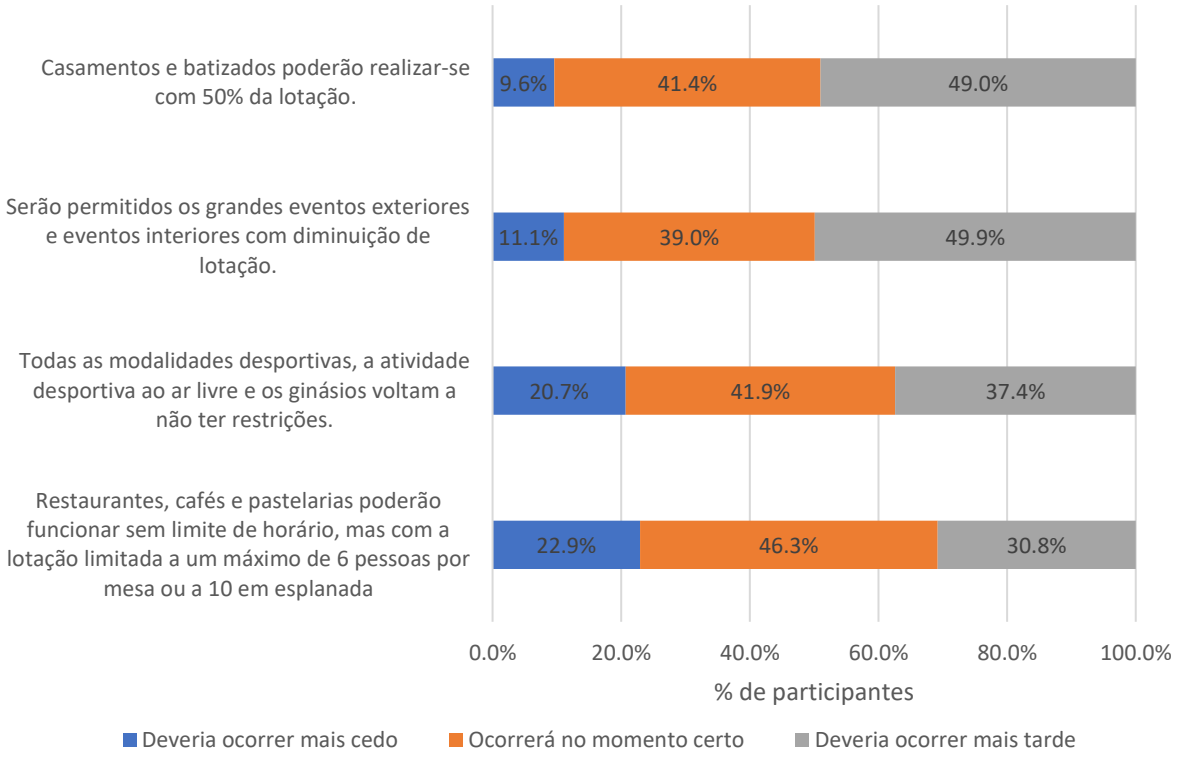


Figura 7- Avaliação do momento de implementação das medidas da quarta fase de desconfinamento

No que diz respeito à quarta fase do desconfinamento, anunciada para 3 de Maio, verifica-se que **46.3% dos participantes considera que o levantamento do limite de horário para restaurantes, cafés e pastelarias foi agendado para o momento certo,** sendo que 30.8% acredita que deveriam ter ocorrido mais tarde. 41.9% dos participantes acredita que o levantamento das restrições para todas as modalidades desportivas, ocorreu no momento certo e 37.4% apontam que deveriam ocorrer mais tarde.

Mais uma vez no sentido oposto, **49.9% dos participantes apontam que a autorização dada à realização de eventos exteriores e de casamentos e batizados com diminuição de lotação, deveria ter sido planeada para mais tarde.**

Resumo:
A perceção dos portugueses acerca das medidas de desconfinamento

1ª fase		Mais de metade dos participantes concordou com a reabertura de creches, pré-escolar do 1º ciclo e do comércio automóvel e mediação imobiliária durante a 1ª fase de desconfinamento.
		Entre 45-46% dos participantes referem que a permissão de comércio não essencial ao postigo e a reabertura de livrarias, bibliotecas e arquivos deveria ter ocorrido mais cedo, antes da 1ª fase de desconfinamento.
2ª fase		Mais de metade dos participantes concordou com a reabertura de lojas com uma área até 200 metros quadrados e que tenham porta para a rua e com o início do ensino presencial para os alunos do 2º e 3º ciclos, na 2ª fase de desconfinamento.
		Cerca de 38% dos participantes apontou que a permissão dada à prática de atividade física e treino de desportos individuais até 4 pessoas deveria ter ocorrido antes de 2ª fase de desconfinamento.
3ª fase		Cerca de metade dos participantes concordou com a reabertura do ensino secundário e superior, com a abertura de restaurantes, cafés e pastelarias, com a restrição de lotação máxima e com a permissão de atividade física ao ar livre em grupo de até 6 pessoas, que decorreu na 3ª fase de desconfianmento.
		Cerca de metade dos participantes acredita que a permissão de casamentos e batizados, com redução de lotação a 25%, foi realizada prematuramente, enquanto que mais de metade dos participantes indicou que as Lojas do Cidadão deveriam ter sido abertas mais cedo.
4ª fase		Cerca de metade dos participantes concorda com a reabertura de restaurantes, cafés e pastelarias sem limite de horário e com a lotação limitada a um máximo de 6 pessoas por mesa ou a 10 em esplanada.
		Cerca de metade dos participantes refere que a permissão de grandes eventos exteriores e eventos interiores com diminuição de lotação deveria ocorrer em data posterior à da quarta fase.

Secção II. Perceções acerca da vacina e avaliação do plano de vacinação contra a covid-19

A maioria dos participantes referem que pretendem ser vacinados. Quando inquiridos acerca das razões para não pretenderem ser vacinados, os participantes indecisos ou que não tencionam ser vacinados referiram com maior frequência o receio dos efeitos secundários e a descrença na eficácia da vacina. Os elementos da sociedade portuguesa que participaram neste estudo demonstraram um nível de concordância moderado a alto com as prioridades definidas para o Plano de Vacinação. Os participantes demonstram, no entanto, um nível de concordância mais baixo no que diz respeito à inclusão de titulares de órgãos de soberania e de profissionais da Procuradoria Geral da República e Ministério Público nos grupos prioritários de vacinação.

Questão 1. Intenção de vacinação

Nesta secção são apresentadas as perceções dos membros da sociedade portuguesa acerca da vacina contra a COVID-19. São também apresentados dados acerca da taxa de vacinação dos inquiridos neste estudo, as suas intenções de vacinação, e as razões pelas quais os participantes poderão não aceitar a vacinação.

Adicionalmente, são apresentadas as avaliações dos participantes acerca do plano de vacinação contra a COVID-19, nomeadamente no que diz respeito ao nível de concordância com os grupos prioritários a serem vacinados.

.

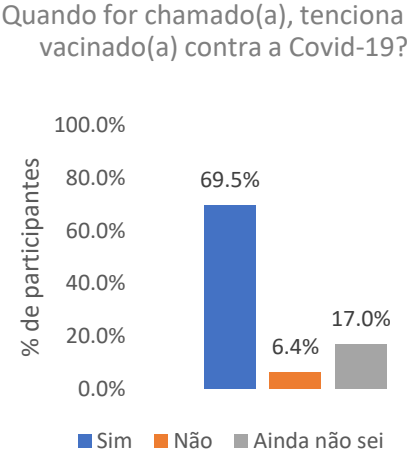


Figura 8 – Intenção de vacinação dos participantes.

Questão 2.
Razões para a não vacinação

Mencione por favor a razão ou razões que o(a) fariam não aceitar vacinar-se contra a COVID-19 (selecione por favor todas as opções que se apliquem a si):

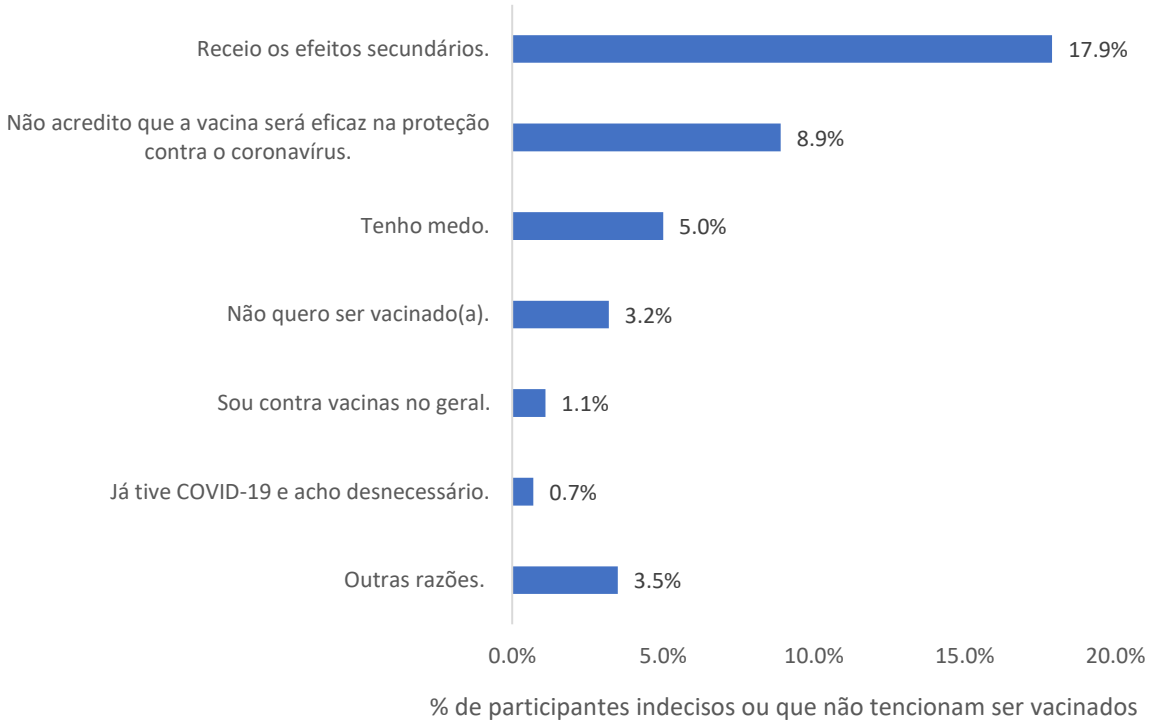


Figura 9 – Razões apontadas para a não vacinação

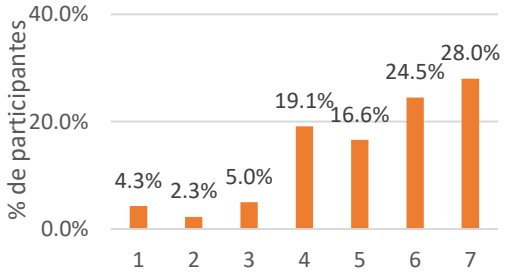
92,9% dos participantes deste estudo indicaram ainda não terem sido vacinados, percentagem justificada pelo facto de a idade média desta amostra ser mais jovem que a população em geral. **69,5% dos participantes declaram tencionar ser vacinados,** 17,0% dos inquiridos ainda não decidiram e 6,4% não tencionam tomar a vacina

Quando inquiridos acerca das razões para não pretenderem ser vacinados, **estes participantes (indecisos ou que não tencionam ser vacinados)** referiram com maior frequência o receio dos **efeitos secundários** (17.9%) e a **descrença na eficácia** da vacina (8.9%).

Questão 3.
Confiança e Segurança na Vacinação (I)

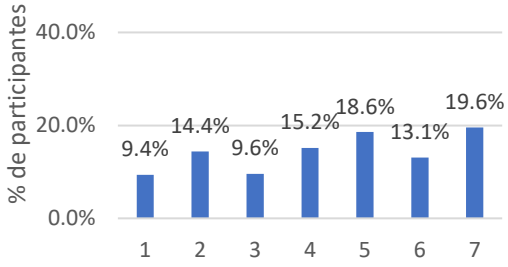
Por favor indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

Considero as vacinas contra a COVID-19 seguras.



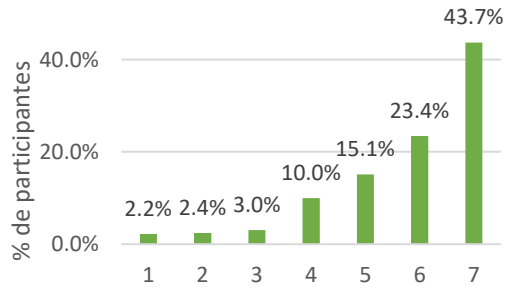
Quando questionados sobre a **segurança das vacinas** cerca de 69.1% dos participantes indicam ter confiança, com apenas 11.6% questionando a mesma.

Receio os efeitos secundários da vacina.



Em termos de **efeitos secundários da vacina**, cerca de 51.3% dos participantes referem recear possíveis efeitos secundários resultantes da toma da vacina. Por outro lado, 33.4% dos participantes mostram não recear estes efeitos.

Ser vacinado contra a COVID-19 permite proteger-nos individualmente (…), bem como contribuir para a proteção da saúde pública (…)



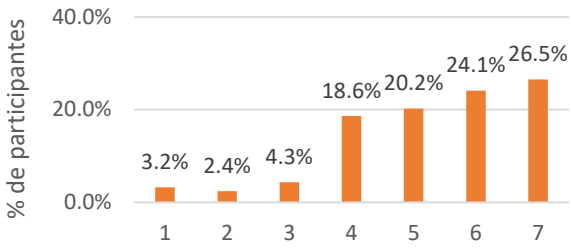
Os participantes acreditam na **proteção conferida pela vacinação**, visto que 82.2% refere concordar ou concordar muito com a afirmação: "Ser vacinado contra a COVID-19 permite proteger-nos individualmente contra a doença e suas complicações, bem como contribuir para a proteção da saúde pública, através da imunidade de grupo."

Figura 10 – Percepções acerca da vacina contra a COVID-19 (1= Discordo completamente, 4= Não concordo nem discordo e 7= Concordo completamente)

Questão 3.
Confiança e Segurança na Vacinação (II)

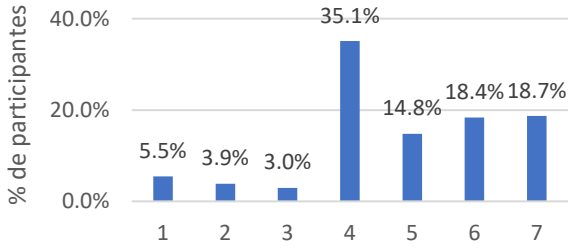
Por favor indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

Considero as vacinas eficazes na prevenção de infeções de COVID-19.



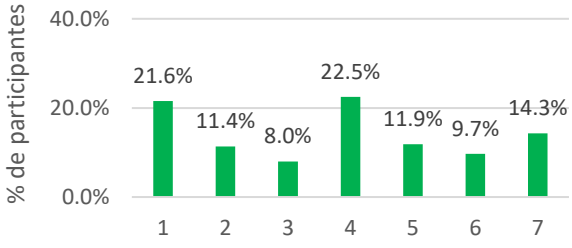
70.8% dos participantes referem **considerar a vacina eficaz na prevenção de novas infeções**, contra apenas 9.9% que não acreditam na sua eficácia.

Há vacinas mais seguras do que outras.



51.9% referem concordar que **há vacinas mais seguras do que outras**, e ainda 35.1% revelam não ter a certeza do seu nível de concordância com esta frase. Apenas 12.4% dos participantes claramente discordam com esta afirmação.

Receio ser vacinado(a) com a vacina da AstraZeneca.

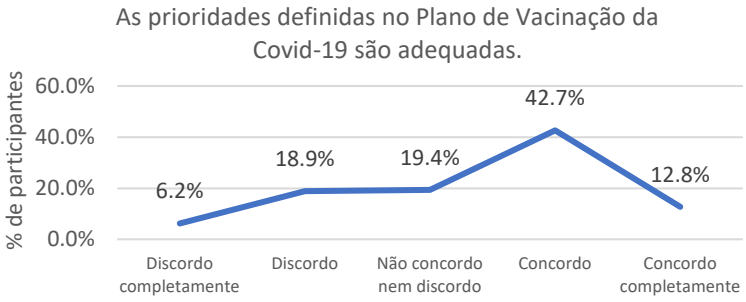


Em termos de **receio sentido face à vacina da AstraZeneca**, 41.0% dos participantes indicam não recear esta vacina, enquanto 22.5% não está ainda certo da sua opinião. 35.9% referem recear ser inoculados com esta vacina.

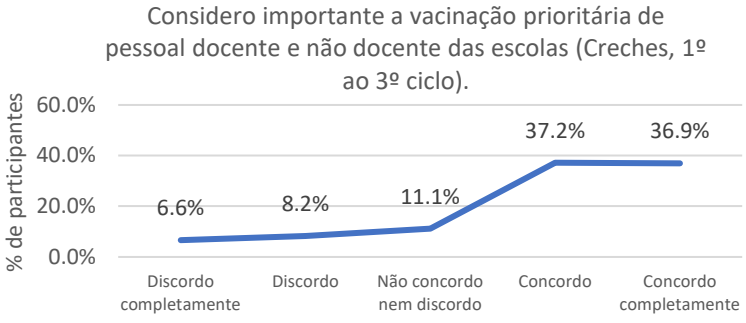
Figura 11 – Percepções acerca da vacina contra a COVID-19 (1= Discordo completamente, 4= Não concordo nem discordo e 7= Concordo completamente)

Questão 4.
Concordância com Plano de Vacinação

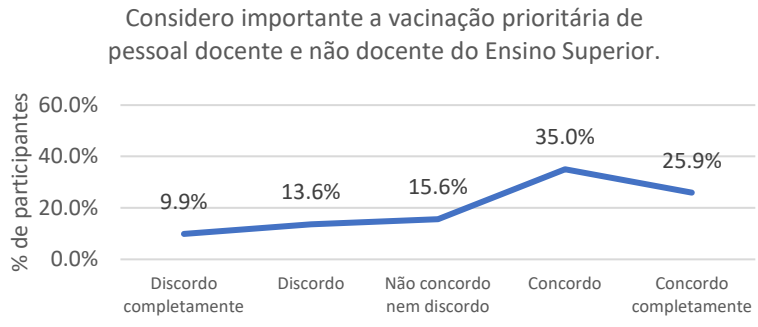
Por favor indique até que ponto concorda com as seguintes afirmações acerca do Plano de Vacinação contra a COVID-19:



Quando questionados sobre a **adequação das prioridades definidas no Plano de Vacinação**, 55.5% do participantes referem concordar com as prioridades delineadas pelo Governo neste plano.



Em termos de **vacinação prioritária de pessoal docente e não docente das Creches, 1º ao 3º ciclos,** a grande maioria (74.1%) concorda com a priorização deste grupo, contra um pequeno grupo (14.8%) que discorda.



No que diz respeito à **vacinação prioritária de pessoal docente e não docente do Ensino Superior,** 60.9% concorda com a priorização deste grupo, e 23.5% não concorda com a vacinação prioritária deste grupo.

Figura 12 – Percepções gerais acerca do Plano de Vacinação implementado/anunciado pelo Governo (Escala original com 7 pontos: 1= Discordo completamente, 4= Não concordo nem discordo e 7= Concordo completamente.)

Questão 5.
Concordância com grupo prioritário do Plano de Vacinação

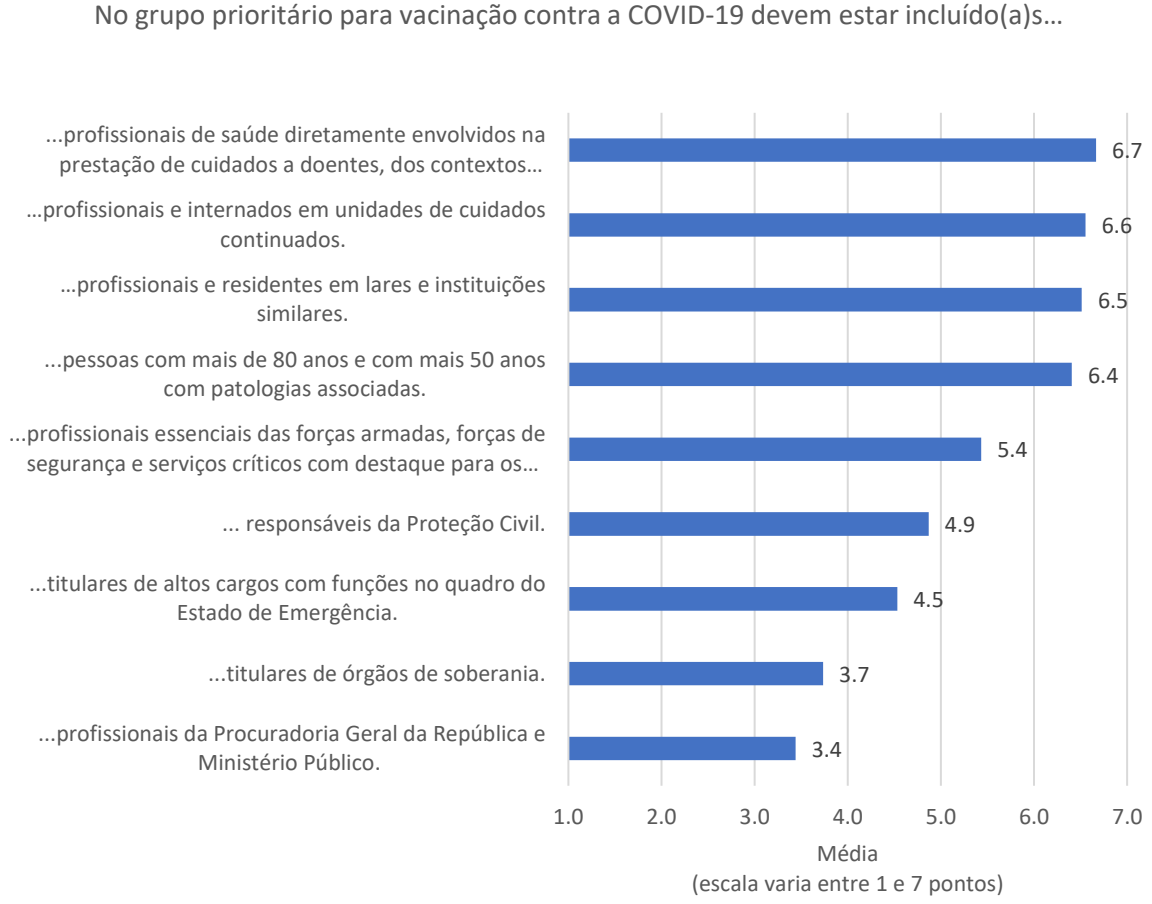


Figura 13 – Concordância com os grupos prioritários apontados no Plano de Vacinação (1= Discordo completamente, 4= Não concordo nem discordo e 7=Concordo completamente)

De uma forma geral, os participantes concordam com os grupos indicados como prioritários no plano do vacinação contra a COVID-19. **No entanto, os participantes demonstram um nível de concordância mais baixo no que diz respeito à inclusão de titulares de órgãos de soberania (M=3.74 DP=1.95), profissionais da Procuradoria Geral da República e Ministério Público (M=3.44 DP=1.88).**

Os participantes avaliaram a inclusão dos diversos grupos prioritários através da pergunta: "Indique até que ponto concorda com as seguintes afirmações sobre o grupo de pessoas a serem vacinadas prioritariamente em Portugal. No grupo prioritário para vacinação contra a COVID-19 devem estar incluído(a)s…". Os participantes responderam utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a "Discordo completamente", 7 a "Concordo completamente" e 4 a corresponder a "Não concordo nem discordo".

Secção III. Satisfação e perceção de eficácia das entidades envolvidas no combate à pandemia covid-19

Os participantes continuam a reportar níveis de satisfação bastante elevados quanto à atuação do pessoal médico, enfermagem e técnicos auxiliares de saúde do SNS. Um resultado possivelmente revelador da gratidão dos participantes pela atuação dos profissionais de saúde face à atual pandemia.

Os participantes revelam níveis moderadamente elevados de perceção de eficácia em relação a medidas implementados por Governo, DGS e Municípios, apesar de se verificar uma diminuição destes valores comparativamente ao período homólogo.

Nesta secção apresentam-se os níveis de satisfação e grau de eficácia percebida relativamente às medidas tomadas por diversas entidades face à pandemia de COVID-19.

O grau de satisfação dos participantes com as medidas implementadas por diversas entidades foi avaliado através da questão "Face à atual pandemia de COVID-19, por favor indique em que medida está satisfeito(a) ou insatisfeito(a) com a atuação das seguintes entidades, utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a "Muito insatisfeito(a)" e 7 a "Muito satisfeito(a)".

Questão 1.
Nível de satisfação com a atuação de diversas entidades

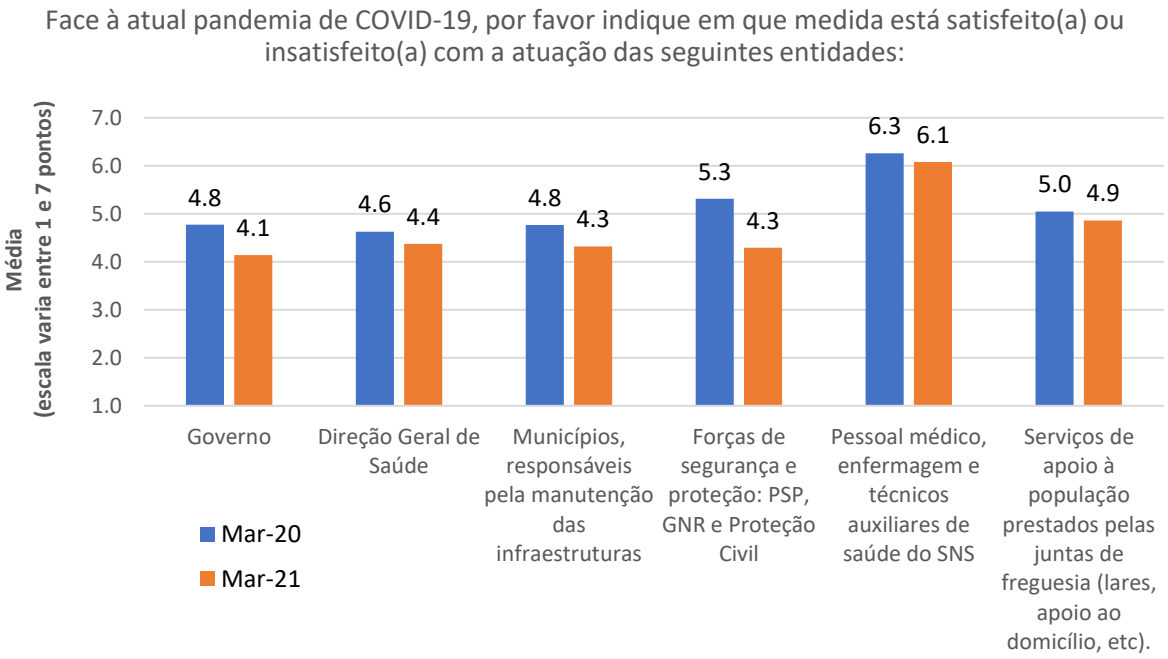


Figura 14- Satisfação com medidas iniciadas por diferentes entidades (1= Muito insatisfeito(a) e 7=Muito satisfeito(a))

É interessante verificar que, em semelhança a março de 2020, **os participantes reportaram níveis de satisfação elevados face à atuação do pessoal médico, da enfermagem e técnicos auxiliares de saúde do SNS (M = 6.08; DP = 1.17), e Serviços de apoio à população prestados pelas juntas de freguesia (M = 4.86; DP =1.41).** Verifica-se que os participantes apresentam um nível de satisfação mais moderado quando avaliam a atuação da Direção Geral de Saúde (M = 4.37; DP = 1.43), dos Municípios (M = 4.32; DP = 1.37), do Governo (M = 4.14; DP = 1.52), e das Forças de segurança e proteção (M = 4.29; DP = 1.55).

Para todas estas entidades verifica-se uma diminuição da satisfação quanto à sua atuação. A descida mais acentuada refere-se à atuação das Forças de segurança e proteção, em relação a estas a satisfação diminuiu -19.2%. Em seguida, destaca-se descida da satisfação sentida quanto à atuação do Governo, que diminui -13,2%.

Questão 2.
Perceção de Eficácia das medidas iniciadas por Governo, DGS e Municípios

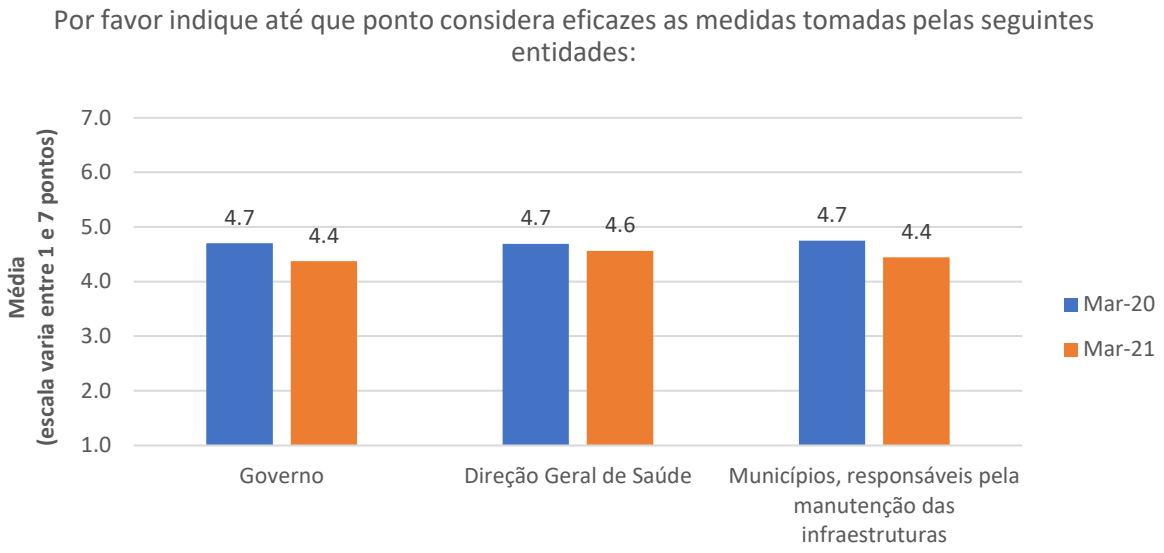


Figura 15-- Perceção de Eficácia de medidas iniciadas por diferentes entidades (1= Nada eficazes e 7= Muito eficazes)

Verifica-se que os participantes **avaliam como moderadamente eficazes o Governo** (M = 4.37; DP = 1.37) os **Municípios** (M = 4.44; DP = 1.31) e a **Direção Geral de Saúde** (M = 4.56; DP = 1.33).

O grau de eficácia percebida pela sociedade Portuguesa acerca das medidas implementadas por diversas entidades foi avaliado através da questão "Por favor indique até que ponto considera eficazes as medidas tomadas pelas seguintes entidades" e utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a "Nada eficazes" e 7 a "Muito eficazes".

Verifica-se uma diminuição da eficácia percebida do Governo (-7.0%), dos Municípios responsáveis pela manutenção das infraestruturas (-6.5%), e uma diminuição, embora menos acentuada da eficácia das medidas tomadas pela Direção Geral de Saúde (-2.7%), face ao período homólogo.

Secção IV. Hábitos de consumo

À semelhança das intenções comunicadas pelos participantes em março de 2020, os participantes acreditam que no período pós-pandemia irão voltar a consumir apenas moderadamente, em relação à forma como o faziam antes da pandemia, algo pouco positivo para a recuperação económica que se avizinha ser necessária.

Continua também a verificar-se uma elevada intenção de começar a consumir produtos mais saudáveis, mais sustentáveis e que possam ser partilhados com outros, reforçando possivelmente um sentimento de pertença, que tem sido bastante reprimido nesta fase de isolamento.

Nesta secção são apresentados os resultados dos **indicadores de hábitos de consumo em final de Março 2021 em comparação com os dados reportados em Março de 2020.**

As intenções gerais de consumo foram avaliadas com a pergunta: “Gostávamos agora de lhe fazer algumas perguntas sobre os seus hábitos de consumo, quando a pandemia acabar e a vida quotidiana retomar ao normal. Por favor indique até que ponto concorda com cada uma das afirmações abaixo apresentadas”, e utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a “Discordo Totalmente” e 7 a “Concordo Totalmente”.

Os hábitos específicos de consumo foram avaliados perguntando aos participantes: “Gostávamos agora que nos indicasse que tipo de produtos espera vir a consumir, quando a pandemia acabar e a vida quotidiana retomar ao normal. Por favor indique até que ponto concorda com cada uma das afirmações abaixo apresentadas”, e utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a “Discordo Totalmente” e 7 a “Concordo Totalmente”.

Questão 1.
Intenções de Consumo após pandemia

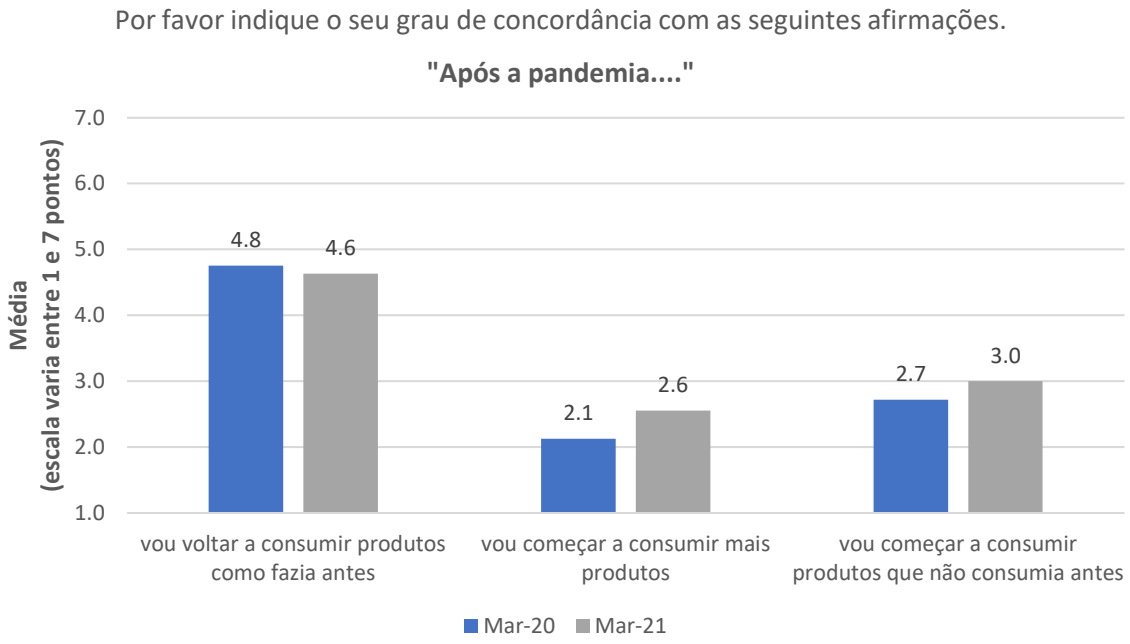


Figura 16 – Hábitos de consumo após a pandemia (escala varia entre 1= "Discordo totalmente" e 7= "Concordo totalmente")

Os participantes reportam em março 2021 que, **após a pandemia, tencionam moderadamente voltar a consumir produtos como faziam antes** (M = 4.63; DP = 1.80). Os participantes mostram sinais de quererem reduzir a consumo como um todo, após a pandemia apresentando **reduzidas intenções de começarem a consumir mais produtos** (M = 2.55; DP = 1.48) e reduzidas intenções de **começar a consumir produtos que não consumiam antes** (M = 3.00; DP = 1.71).

Comparando as médias destes indicadores com os valores recolhidos no período homólogo, no início da pandemia, verifica-se como mais acentuadas as subidas na concordância para os indicadores "vou começar a consumir mais produtos" e "vou começar a consumir produtos que não consumia antes", que aumentaram 19.9% e 10.4%, respetivamente.

Questão 2.
Intenções de Consumo Específico após pandemia

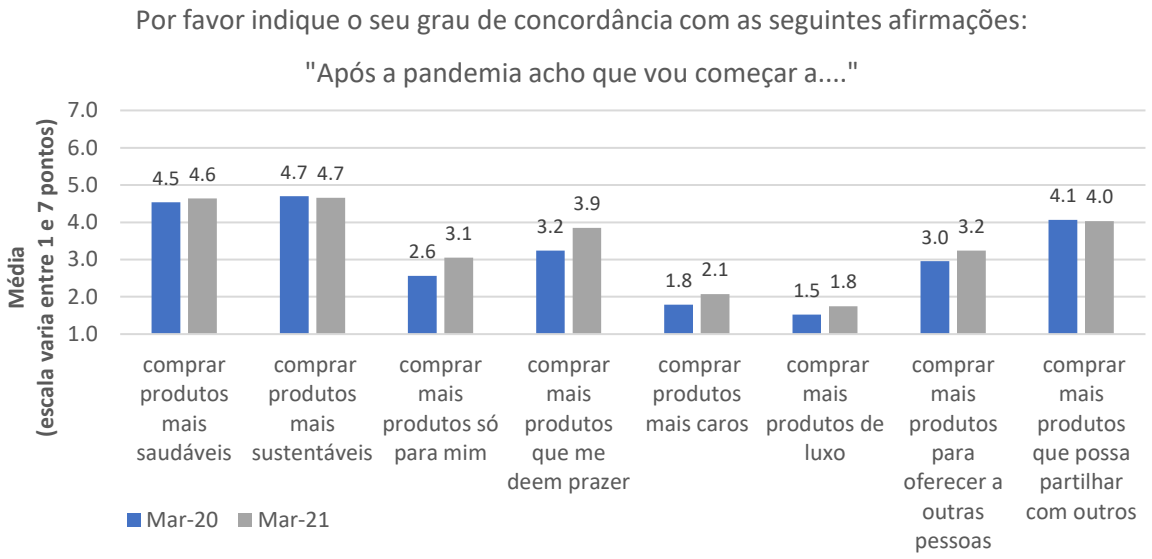


Figura 17 – Hábitos específicos de consumo após a pandemia (escala varia entre 1 = "Discordo totalmente" e 7 = "Concordo totalmente")

No que diz respeito a hábitos específicos de consumo, os participantes reportaram que **tencionam começar a consumir produtos mais saudáveis** (M = 4.64; DP = 1.69) e **produtos mais sustentáveis** (M = 4.66; DP = 1.69), assim como **comprar mais produtos que possam partilhar com outros** (M = 4.03; DP = 1.72).

Em termos mais moderados os participantes também parecem mostrar alguma inclinação para comprarem **produtos que lhes deem prazer** (M = 3.85; DP = 1.76) e **que possam oferecer a outras pessoas** (M = 3.24; DP = 1.62).

Os participantes indiciam uma **reduzida inclinação para comprarem produtos só para eles** (M = 3.05; DP = 1.62), **assim como produtos mais caros** (M = 2.07; DP = 1.28) **ou de luxo** (M = 1.75; DP = 1.16), **aparentando um desejo de afastamento de comportamentos materialistas.**

Comparativamente a março de 2020, verifica-se um aumento de 18.9% nas intenções de consumo de "produtos só para mim" e de "produtos que me deem prazer". Apesar do já apontado aparente afastamento de comportamentos materialistas, verifica-se um aumento de 15.5% na intenção de consumo de "produtos caros" e de 14.7% na compra de "produtos de luxo". **Estes dados poderão estar a apontar para uma retoma ou busca de hábitos de consumo mais hedónicos, após um longo período de privação deste tipo de produtos**.

Secção V. Regime de teletrabalho durante a pandemia

Os participantes em teletrabalho concordam que têm conseguido gerir o seu trabalho de forma autónoma e discordam que têm trabalhado menos horas que o habitual. Verifica-se a diminuição da concordância com indicadores que condições de trabalho que poderão indiciar alguma exaustão por parte dos trabalhadores remotos.

Referem interesse em continuar em teletrabalho, tendo na sua maioria indicado preferência por um regime misto, notando que gostariam de trabalhar a partir de casa em até 4 dias por semana.

Esta secção tem como objetivo o **aprofundar da caracterização da realidade do teletrabalho um ano depois da entrada na pandemia, nomeadamente a autonomia sentida pelo trabalhador, as condições de trabalho gerais e específicas, e a perceção individual de produtividade.** Avalia-se também a **preferência dos trabalhadores em teletrabalho** no que toca o futuro do seu trabalho. Para avaliar cada um destes aspetos, foi pedido aos participantes que reportassem o seu nível de concordância com vários itens.

Estes aspetos foram avaliados através da pergunta "Indique até que ponto concorda com as seguintes afirmações no seu contexto atual de teletrabalho" e utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a "Discordo totalmente", 7 a "Concordo totalmente", e 4 como ponto neutro, a corresponder a "Não concordo nem discordo".

Primeiramente, constatou-se que **41.4% do total de participantes inquiridos (414 participantes) encontra-se total ou parcialmente em regime de teletrabalho**: 24.2% trabalham totalmente de casa, 16.5% encontra-se num misto de teletrabalho e trabalho presencial e 0.7% dos inquiridos está parte do tempo a trabalhar em casa devido a *layoff* parcial.

Questão 1.
Autonomia e horas de trabalho

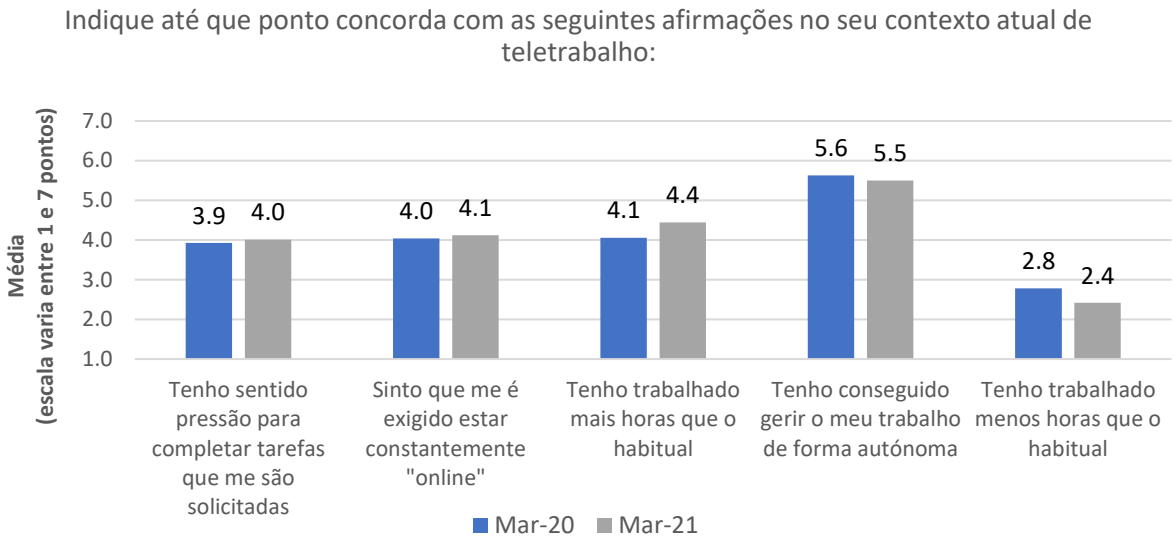


Figura 19– Condições de trabalho em teletrabalho – horas de trabalho e autonomia percebida (escala varia entre 1 = "*Discordo totalmente*" e 7 = "*Concordo totalmente*")

Em março de 2021, os participantes que se encontram exclusivamente ou parcialmente em teletrabalho (n=414) concordam que têm conseguido gerir o seu trabalho de forma autónoma (M = 5.50, DP = 1.41). Por outro lado, os participantes demonstram uma posição algo neutra para os itens "**Tenho trabalhado mais horas que o habitual"** (M = 4.44, DP = 2.17) e **"Tenho sentido pressão para completar tarefas que me são solicitadas"** (M = 4.01, DP = 2.06), e também **"Sinto que me é exigido estar constantemente 'online'"** (M = 4.12, DP = 2.20) .

De notar, novamente, que os participantes apresentam níveis de concordância muito baixos apenas para **"Tenho trabalhado menos horas que o habitual"** (M = 2.42, DP = 1.80). É de realçar que os desvios padrão apresentam valores ligeiramente superiores ao habitual, indicando uma maior heterogeneidade nas respostas da amostra no que diz respeito a estes itens.

Comparando as médias destes indicadores com os valores recolhidos no período homólogo, no início da pandemia, verifica-se grande estabilidade no nível de concordância dos participantes. Salienta-se a descida no item "Tenho trabalhado menos horas que o habitual", de -12.9%, **reforçando ainda mais a discordância dos trabalhadores com a ideia de que em casa poderá trabalhar-se menos horas por dia.**

Questão 2.
Condições de trabalho (I)

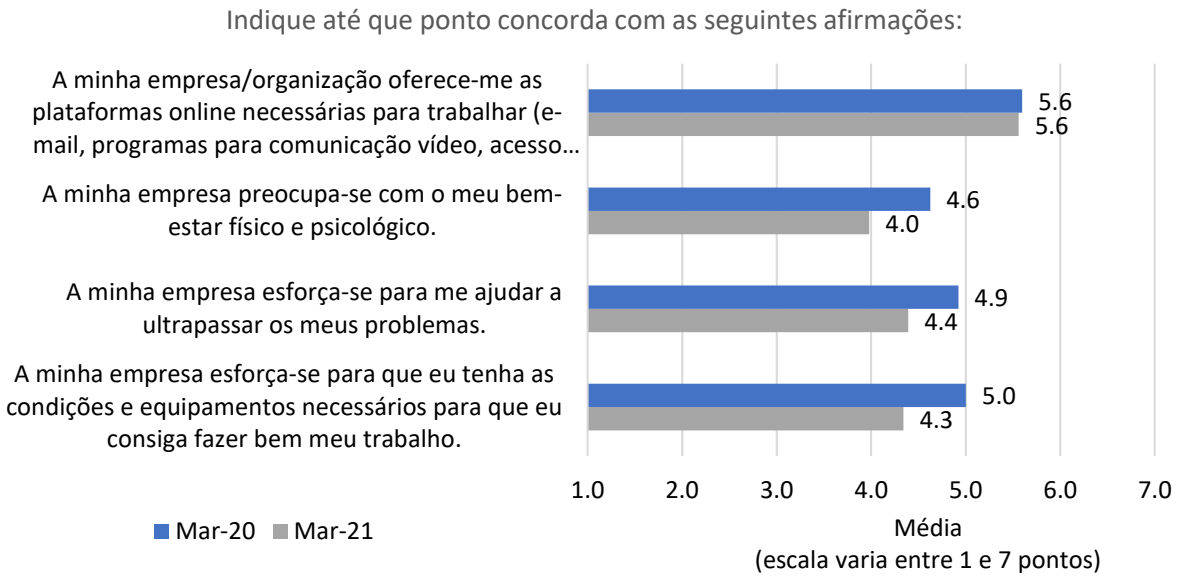


Figura 20– Condições de trabalho em teletrabalho (escala varia entre 1 = "*Discordo totalmente*" e 7 = "*Concordo totalmente*")

Os participantes **concordam que a sua empresa/organização oferece as condições informáticas necessárias: "A minha empresa/organização oferece-me as plataformas online necessárias para trabalhar (e-mail, programas para comunicação vídeo, acesso a armazenamento de ficheiros partilhados, etc)" (M = 5.56, DP = 1.67).** No entanto, os participantes apresentam níveis de concordância mais baixos para "A minha empresa esforça-se para que eu tenha as condições e equipamentos necessários para que eu consiga fazer bem meu trabalho" (M = 4.34, DP = 1.94), e para "A minha empresa esforça-se para me ajudar a ultrapassar os meus problemas" (M = 4.39, DP = 1.77). Com nível de concordância notoriamente mais baixo encontra-se a afirmação "A minha empresa preocupa-se com o meu bem-estar físico e psicológico" (M = 3.98, DP = 1.85).

Comparando as médias destes indicadores com os valores recolhidos no período homólogo, no início da pandemia, **verificam-se no geral níveis de concordância mais baixos nos indicadores de condições de trabalho.** Possivelmente apontando para alguma exaustão por parte dos trabalhadores, verificam-se como mais acentuadas a diminuição nos itens "A minha empresa preocupa-se com o meu bem-estar físico e psicológico" e "A minha empresa esforça-se para me ajudar a ultrapassar os meus problemas", que diminuíram 13.9% e 13.2%, respetivamente.

Questão 2.
Condições de trabalho (II)

Indique até que ponto concorda com as seguintes afirmações:

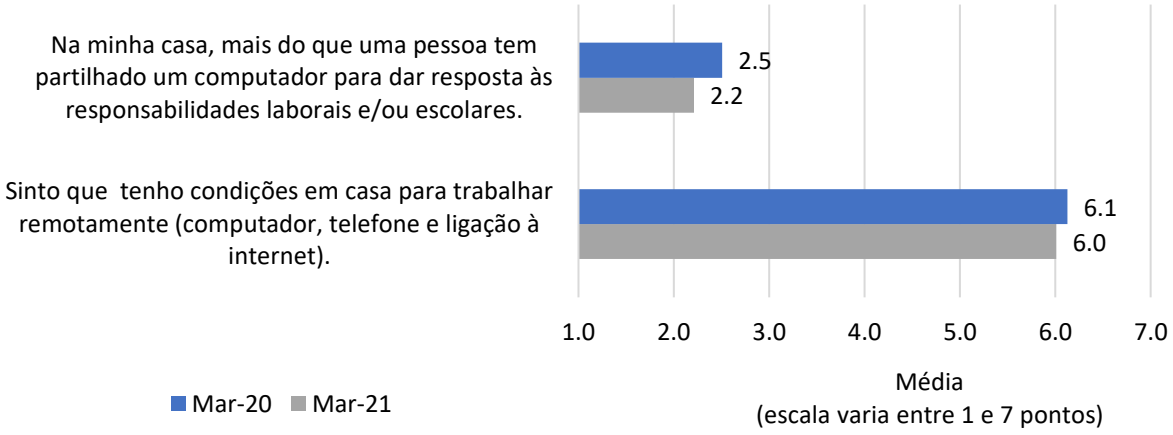


Figura 21– Condições de trabalho em teletrabalho (escala varia entre 1 = "*Discordo totalmente*" e 7 = "*Concordo totalmente*")

No que se refere às condições de trabalho remoto presentes **em casa, os participantes reportam níveis de concordância elevados para "Sinto que tenho condições em casa para trabalhar remotamente (computador, telefone e ligação à internet)" (M = 6.01, DP = 1.34**) e níveis de concordância muito baixos para "Na minha casa mais do que uma pessoa tem partilhado um computador para dar resposta às responsabilidades laborais e/ou escolares" (M = 2.21, DP = 2.01).

Comparativamente a 2020, verifica-se uma **deterioração da perceção das condições encontradas em casa para a prática de trabalho remoto, de -1.9%.** Por outro lado, menos participantes parecem concordar com a afirmação (-11.8%): "Na minha casa, mais do que uma pessoa tem partilhado um computador para dar resposta às responsabilidades laborais e/ou escolares" .

Questão 3.
Teletrabalho: Produtividade e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal

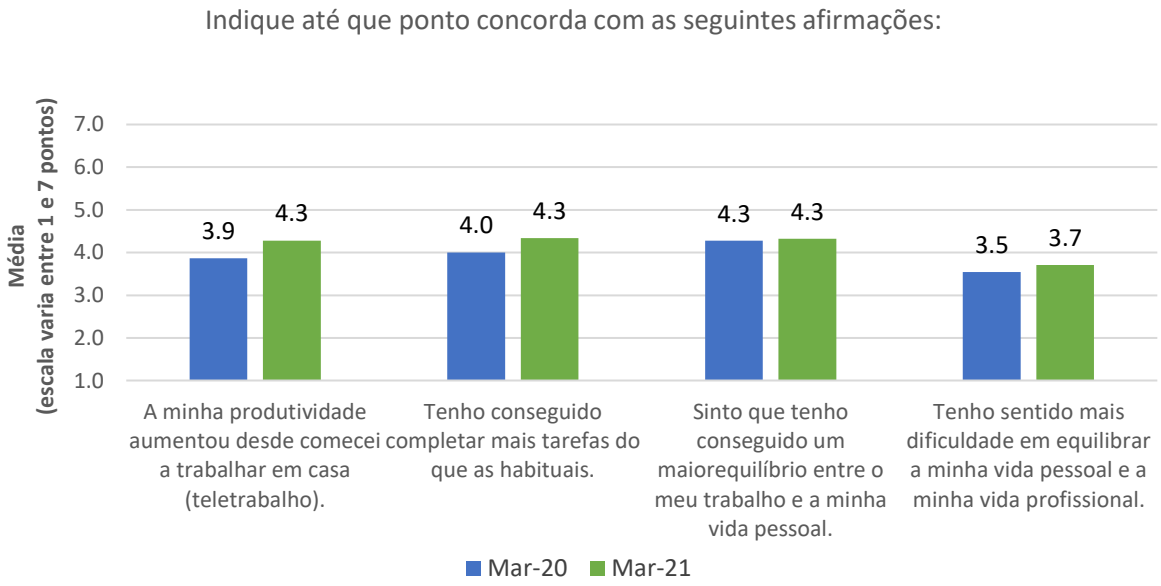


Figura 22– Produtividade e equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, em teletrabalho (escala varia entre 1 = "*Discordo totalmente*" e 7 = "*Concordo totalmente*")

No que toca à **perceção individual de produtividade**, os participantes que se encontram exclusivamente ou parcialmente em teletrabalho (n=414) apresentam níveis de concordância perto do ponto neutro, correspondente a "*Não concordo nem discordo*", para os dois itens **"Tenho conseguido completar mais tarefas do que as habituais"** (M = 4.34, DP = 1.68) e **"A minha produtividade aumentou desde que comecei a trabalhar em casa"** (M = 4.28, DP = 1.63).

De forma semelhante, no que respeita ao **maior equilíbrio entre trabalho e vida pessoal**, apresentam uma posição praticamente neutra quando avaliando se o teletrabalho tem trazido um maior equilíbrio entre a vida pessoal e o trabalho (e.g., "Sinto que tenho conseguido um maior equilíbrio entre o meu trabalho e a minha vida pessoal"; M=4.32; DP=2.05).

Comparando as médias destes indicadores com os valores recolhidos no período homólogo, no início da pandemia, verifica-se alguma estabilidade no nível de concordância dos participantes. Salienta-se o aumento mais acentuado nos itens que avaliam a perceção de produtividade dos trabalhadores: "A minha produtividade aumentou desde que comecei a trabalhar em casa" e "Tenho conseguido completar mais tarefas do que as habituais", que aumentaram 10.7% e 8.4%, respetivamente.

Questão 4.
Teletrabalho: Preferências para o futuro

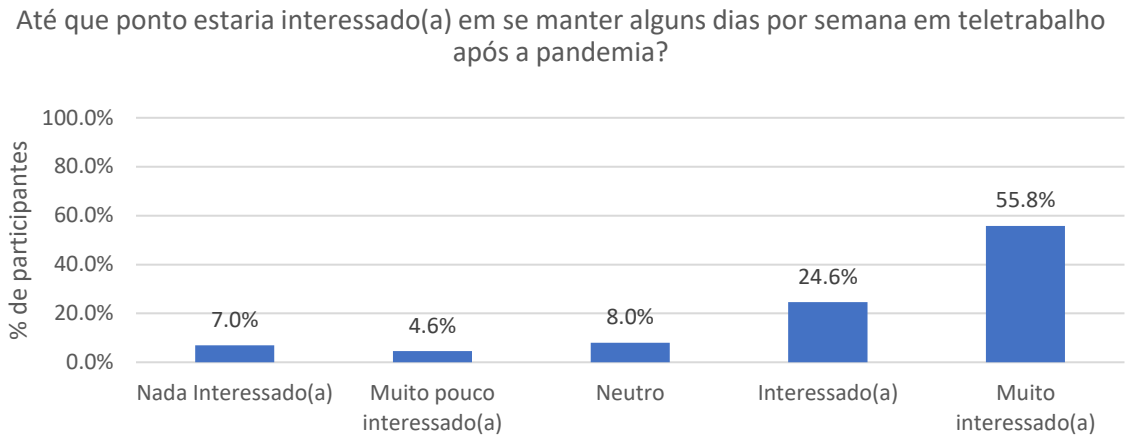


Figura 23– Preferência pelo teletrabalho no futuro

Refletindo acerca do futuro do trabalho, em resposta à questão "Até que ponto estaria interessado(a) em se manter alguns dias por semana em teletrabalho após a pandemia?", **80.4% dos participantes indicaram que estariam interessados ou muito interessados em continuar nesta modalidade de trabalho.**

Especificamente, face à questão "Quantos dias por semana gostaria de trabalhar de casa?", **77.9% indicaram preferência por um regime misto, apontando que gostariam de trabalhar a partir de casa em até 4 dias por semana**, enquanto que 22.1% indicaram preferir trabalhar de casa 5 ou mais dias por semana, sinalizando assim uma preferência pelo teletrabalho na totalidade da carga laboral.

Questão 5:
de dias por semana

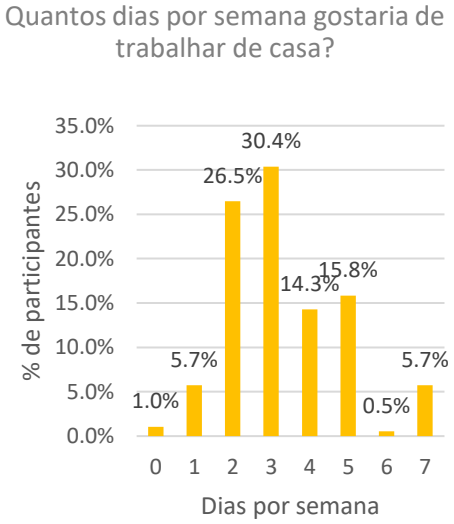


Figura 38– Preferência pelo teletrabalho no futuro, dias por semana

Secção VI. Perspetivas sobre o presente e futuro: otimismo e satisfação

Comparando o estudo das emoções e satisfação com a vida dos portuguese em março de 2020 com março de 2021, vemos que os participantes demonstram-se mais positivos e esperançosos face ao futuro. Os participantes apresentam-se mais relaxados que em março de 2020, mais contentes e mais calmos. Os participantes mostram-se também menos preocupados, menos ansiosos, e menos tensos.

Salienta-se também um aumento na concordância com o item "Estou otimista em relação ao futuro".

Nesta secção apresentam-se os resultados relativos a perspetivas sobre o presente e futuro, nomeadamente o **estado emocional no presente e o otimismo e satisfação face ao futuro.**

A perceção do estado emocional dos participantes foi avaliada através da pergunta "Por favor indique em que medida sentiu cada uma das seguintes emoções: No último mês, senti-me...", e utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a "Muito pouco ou nada" e 7 a "Extremamente".

Questão 1.
Estado emocional

Por favor indique em que medida sentiu cada uma das seguintes emoções:

No último mês, senti-me...

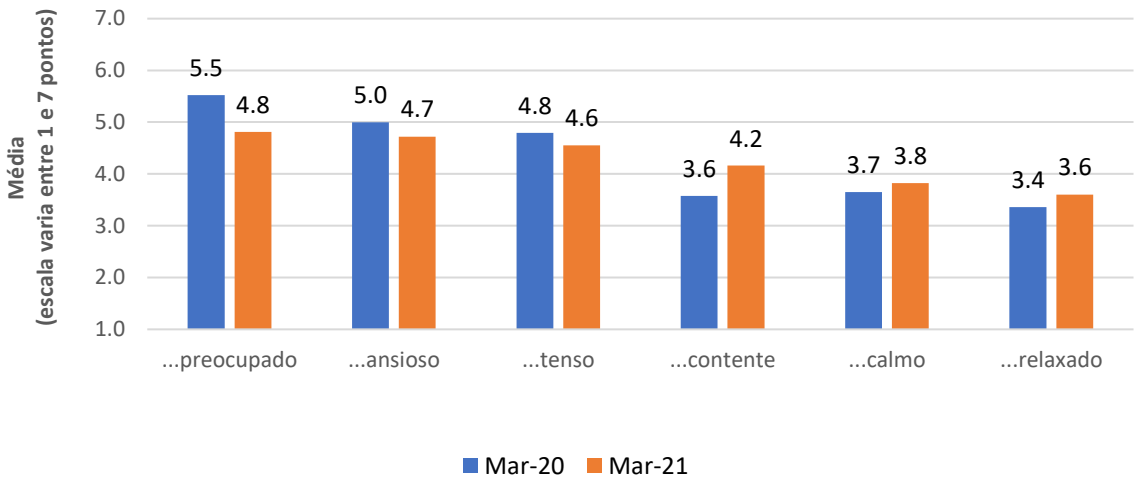


Figura 24 – Emoções sentidas no último mês (escala varia entre 1 = "*Muito pouco ou nada*" e 7 = "*Extremamente*")

No que concerne o estado emocional dos participantes durante o último mês, **são reportados níveis de concordância mais altos para** "**...preocupado**" (M = 4.81, DP = 1.42), "**...ansioso**" (M = 4.72, DP = 1.62), "**...tenso**" (M = 4.55, DP = 1.56) e "**...contente**" (M = 4.16, DP = 1.56). Por outro lado, níveis de concordância mais baixos foram demonstrados para "**...calmo**" (M = 3.82, DP = 1.58), e "**...relaxado**" (M = 3.60, DP = 1.56).

No que toca a emoções sentidas em março de 2021, **verifica-se que, apesar de os participantes revelarem concordância mais elevada com estados emocionais negativos, há uma evolução positiva face ao mesmo período de 2020:** Os participantes apresentam-se mais contentes que em março de 2020, tendo a concordância com esta emoção aumentado 16.4%, apresentam-se também mais relaxados (+7.2%) e mais calmos (+4.7%). Os participantes mostram-se menos preocupados (-12.9%), menos ansiosos (-5.5%) e menos tensos (-5.0%).

Questão 2.
Otimismo face ao futuro

Indique até que ponto concorda com as seguintes afirmações:

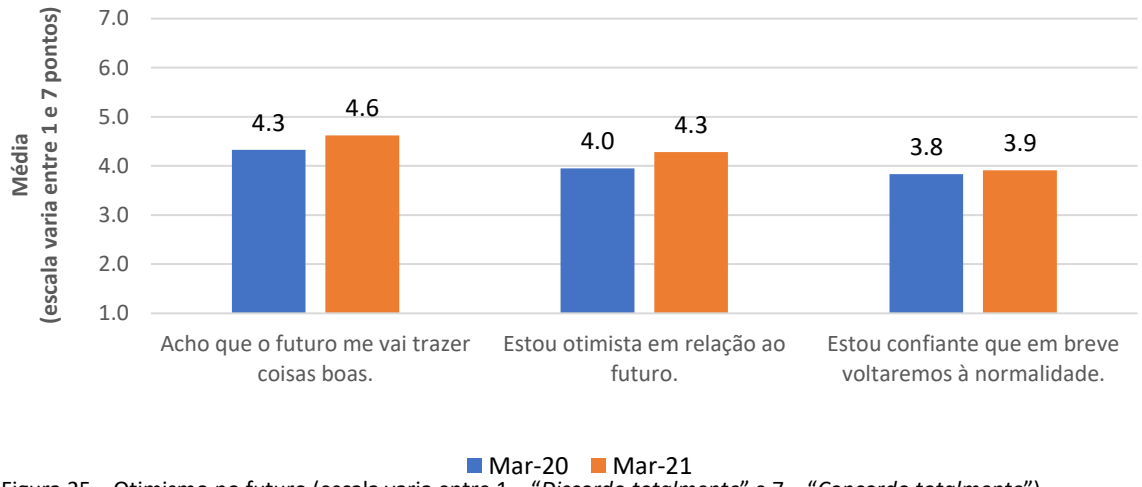


Figura 25 – Otimismo no futuro (escala varia entre 1 = "*Discordo totalmente*" e 7 = "*Concordo totalmente*")

O otimismo face ao futuro foi medido através da pergunta "Indique até que ponto concorda com as seguintes afirmações", e utilizando uma escala de 1 a 7 pontos, com 1 a corresponder a "*Discordo totalmente*", 7 a "*Concordo totalmente*", e 4 como ponto neutro, a corresponder a "*Não concordo nem discordo*".

Relativamente ao otimismo face ao futuro, os participantes apresentam níveis de concordância muito próximos do ponto neutro (não concordo nem discordo) para todos os itens: **"Acho que o futuro me vai trazer coisas boas"** (M = 4.62, DP = 1.62), **"Estou otimista em relação ao futuro"** (M = 4.28, DP = 1.66) e **"Estou confiante que em breve voltaremos à normalidade"** (M = 3.91, DP = 1.74).

No que toca às perspetiva em relação ao futuro, **salienta-se um aumento mais acentuado na concordância com o item "Estou otimista em relação ao futuro", na ordem dos 8.3%.**

Questão 3.
Satisfação no período pós-pandemia

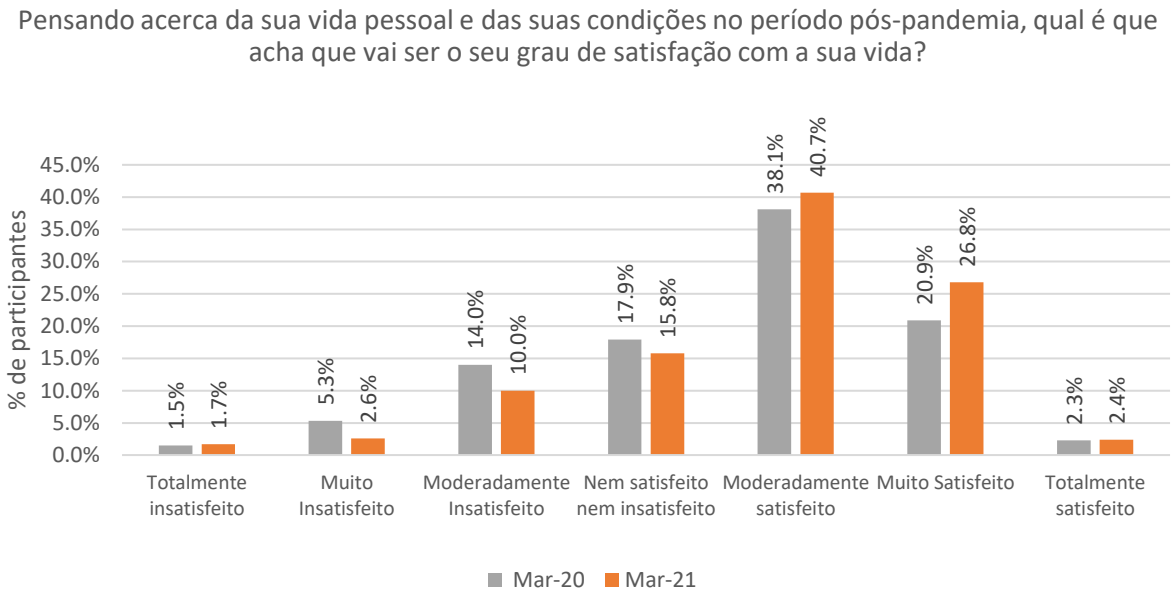


Figura 26 – Grau de satisfação pós-pandemia, medido no início da pandemia (mar-20) e um ano após o início da pandemia (mar-21), escala original convertida para 7 pontos.

O grau de satisfação com a vida no período pós pandemia foi medido através da pergunta "Pensando acerca da sua vida pessoal e das suas condições no período pós-pandemia, qual é que acha que vai ser o seu grau de satisfação com a sua vida?" e utilizando uma escala que varia entre 0 e 10 pontos (com valores superiores a indicarem maior presença da característica).

Observa-se que: **14.3% dos participantes referem que se encontrarão totalmente/muito/moderadamente insatisfeitos** (vs. 20.8% que referiram estes níveis de satisfação para período pós pandemia, em março de 2020), **15.8% referem que não vão estar satisfeitos nem insatisfeitos** (vs. 17.9% que referem que não estariam satisfeitos nem insatisfeitos no pós pandemia, em março de 2020), **e 69.9% referem que se encontrarão moderadamente/muito/totalmente satisfeitos no periodo pós-pandemia** (vs. 61.3% em março de 2020).

Analisando a evolução da perspetiva da satisfação com a vida no período pós-pandemia, **salienta-se uma diminuição do número de participantes que se imagina "Muito insatisfeito" nesse período, uma diminuição na ordem dos 50.9%.**

Principais conclusões

I. Avaliação das medidas de restrição e plano de desconfinamento

- Os participantes avaliam com níveis moderadamente elevados de eficácia das medidas determinadas pelo Governo, DGS e Municípios, apesar de verificar-se um diminuição destes valores comparativamente ao período homólogo.
- Os participantes demonstram concordância moderada com as medidas de restrição implementadas pelo Governo e com o plano de desconfinamento promulgado, que decorreu entre 15 de março e 3 de maio de 2021.
- No entanto, os participantes parecem demonstrar alguma preocupação com as medidas com impacto na reativação da economia e elementos essenciais para o funcionamento da sociedade portuguesa visto que consideram que a permissão de comércio não essencial ao postigo deveria ter ocorrido mais cedo, assim como a abertura de livrarias, bibliotecas, arquivos e das lojas do cidadão.
- Denota-se também alguma preocupação dos participantes quanto aos *timings* da autorização dada à realização de eventos exteriores e de casamentos e batizados com diminuição de lotação. De uma forma geral, os participantes consideram que estas autorizações poderiam ter ocorrido mais tarde.

II. Perceções acerca da vacina e avaliação do plano de vacinação contra a Covid-19

- Os elementos da sociedade portuguesa que participaram neste estudo demonstraram um nível de concordância moderado a alto com as prioridades definidas para o Plano de Vacinação.
- Os participantes demonstram, no entanto, um nível de concordância mais baixo no que diz respeito à inclusão de titulares de órgãos de soberania e de profissionais da Procuradoria Geral da República e Ministério Público nos grupos prioritários de vacinação.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES

III. Satisfação e perceção de eficácia das medidas das entidades envolvidas no combate à pandemia Covid-19

- À semelhando do aferido no início da pandemia, os participantes continuam a reportar níveis de satisfação bastante elevados quanto à atuação do pessoal médico, enfermagem e técnicos auxiliares de saúde do SNS.

IV. Hábitos de consumo

- Os participantes acreditam que no período pós-pandemia irão voltar a consumir apenas moderadamente, em relação à forma como consumiam antes da pandemia, algo pouco positivo para a recuperação económica que se avizinha ser necessária.

- Neste estudo também continua a verificar-se uma elevada intenção de começar a consumir produtos mais saudáveis, mais sustentáveis e que possam ser partilhados com outros, reforçando possivelmente um sentimento de pertença, que tem sido bastante reprimido nos períodos de confinamento.

V. Regime de teletrabalho durante a pandemia

- No que toca ao teletrabalho, os participantes referem interesse em continuar a trabalhar remotamente, tendo na sua maioria, indicado preferência por um regime misto e apontado para uma preferência pelo trabalho remoto em (até) 4 dias por semana.

VI. Perspetivas sobre o presente e futuro: otimismo e satisfação

- De forma esperançosa, os participantes apresentam-se mais otimistas face ao futuro, e também um pouco mais relaxados, contentes e calmos do que em março de 2020.

- Os participantes mostram-se também menos preocupados, menos ansiosos, e menos tensos.

Estudo do Observatório da Sociedade Portuguesa da CATÓLICA-LISBON, apoiado pelo CEA- Centro de Estudos Aplicados e pelo CUBE- Católica Lisbon Research Unit in Business and Economics da Católica Lisbon- School of Business and Economics.

Autoria: CATÓLICA-LISBON Behavioral Insights Unit
Rita Coelho do Vale é Professora da Católica Lisbon- School of Business and Economics, coordenadora da CATÓLICA-LISBON Behavioral Research Unit, do PEO- Painel de Estudos Online e do LERNE- Laboratory of Experimental Research iN Economics and Management.
Ana Paula Giordano é investigadora do CUBE- Católica Lisbon Research Unit in Business and Economics, e project manager na CATÓLICA-LISBON Behavioral Research Unit, no Observatório da Sociedade Portuguesa e PEO- Painel de Estudos Online.
Sofia Murtinheira é investigadora, lab e project manager na CATÓLICA-LISBON Behavioral Research Unit, LERNE- Laboratório de Investigação Experimental em Economia e Gestão e PEO- Painel de Estudos Online.

Contactos: Observatório da Sociedade Portuguesa- CATÓLICA-LISBON | tel: (+351) 21-721-4270 | fax: (351) 21-727-0252 | osp.cea@ucp.pt

Como referenciar: CATÓLICA-LISBON Behavioral Insights Unit (2021). Estudo da Sociedade Portuguesa- Um ano depois: O impacto da pandemia COVID 19 na vida dos Portugueses (Março 2021). Observatório da Sociedade Portuguesa.

How to cite: CATÓLICA-LISBON Behavioral Insights Unit (2021). Estudo da Sociedade Portuguesa- Um ano depois: O impacto da pandemia COVID 19 na vida dos Portugueses (Março 2021). Observatório da Sociedade Portuguesa.